

AS CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DA MESORREGIÃO LESTE SUL-MATOGROSSENSE E O MODO DE VIDA CAMPONÊS COMO POSSIBILIDADE

Thayná Nogueira Gomes¹

Resumo: A mesorregião leste Sul-Matogrossense vivência um momento de dinamismo econômico, devido ao crescimento das exportações e de sua inserção no mercado global, fomentada pelo Estado e suas políticas de incentivos fiscais, que atraindo novas indústrias para o território almeja elevar o crescimento econômico estadual. Todavia, observamos que a lucratividade com a exportação tornou-se primeira necessidade do poder público em detrimento de outros setores sociais, como os assentamentos de reforma agrária, que em sua maioria dedicam-se a produção de alimentos. Dessa forma, buscamos analisar nos liames do desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista, o papel do camponês e suas virtuosidades, frente às crises globais de natureza agrária e alimentar.

Palavras-chave: Mesorregião leste sul-matogrossense; Indústrias; Camponês.

THE CHARACTERISTICS OF ECONOMIC OF MIDLDEREGION EAST SOUTH-MATOGROSSENSE AND THE WAY OF LIFE CAMP AS A POSSIBILITY

Abstract: The midlderegion east south-matogrossense experience a moment of economic dynamism due to the growth of exports and its insertion in the global market, encouraged by the State and its tax incentive policies that attract new industries to the territory aims to raise economic growth state. However, we observed that the profitability of the export has become necessities of the government at the expense of other social sectors, such as agrarian reform settlements, most of whom are dedicated to food production. Thus, we analyze the bonds of the contradictory development of the capitalist mode of production, the role of the peasant and his virtuosity, in the face of global crises of food and agrarian nature.

Keywords: Middleregion east south-matogrossense; Industries; Peasant.

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). thayna_nog@hotmail.com
Obs.: Trabalho realizado como avaliação da disciplina “Questão Agrária e Produção do Território no Capitalismo Contemporâneo”, ministrada pela Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, no Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO/UFMS/CPTL.
Estudos Geográficos, Rio Claro, 13(1): 187-200, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

INTRODUÇÃO

A economia do estado de Mato Grosso do Sul tem vivenciado um dinamismo desde meados dos anos 2000 devido à expansão de unidades industriais, fomentada pelo poder público com a promulgação da Lei complementar nº 93/2001 “MS-Empreendedor” e mais recentemente com a Lei nº 4049/2011 “MS FORTE-Indústria”, que visam por meio de incentivos fiscais atraírem indústrias para o território Sul-matogrossense.

O processo de industrialização no estado, intensificado no último decênio, está ocorrendo de maneira a beneficiar indústrias de processamento de recursos naturais, sendo em geral grandes corporações que se utilizam das próprias rugosidades (SANTOS, XXXX) do espaço para desenvolverem seus processos produtivos. Para Lamoso (2001), a economia de Mato Grosso do Sul pode ser definida como agroprimária-mineral, haja vista, que as exportações do estado consistem em produtos primários como a produção de grãos (soja e milho) e produtos processados advindos da agropecuária intensiva, e ainda se destaca com a produção de minério de ferro e manganês, com a exploração das jazidas do Maciço do Urucum em Corumbá e Ladário.

Em contrapartida à agricultura capitalista, a agricultura camponesa se diferencia estruturalmente e por isso, apresenta-se como possibilidade de superação de crises agrárias e alimentares globais. Entretanto, os interesses dos “atores decisores” pouco caminham nessa direção.

Dessa forma, objetivamos com esse estudo, analisar as características econômicas da mesorregião leste do estado de Mato Grosso do Sul, sua inserção no mercado externo e suas implicações no modo de vida camponês, evidenciando características do próprio desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista. Como construto teórico-metodológico nos pautaremos em autores como Santos (2008; 2012), Oliveira (1991, 2007), Perpetua (2012) e Martins (1981) que discorrem sobre a temática em análise. Ademais, utilizaremos os dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE), que nos permite um panorama da quantidade de unidades fabris no estado de Mato Grosso do Sul; assim como nos pautaremos nos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre os projetos de assentamentos na região de estudo e os dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) sobre exportação no Brasil, por estados e municípios.

A ECONOMIA DA MESORREGIÃO LESTE SUL-MATOGROSSENSE E O PAPEL DO ESTADO

A mesorregião leste do estado de Mato Grosso do Sul é composta por 18 municípios, que subdivididos compõe quatro microrregiões, são elas: a microrregião de Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas e Nova Andradina.

A microrregião de Três Lagoas se destaca na economia regional devido a presença de duas indústrias de grande porte do setor de celulose e papel no município de Três Lagoas, a empresa Fibria-MS Celulose Sul-matogrossense LTDA e Eldorado Brasil Celulose S/A; sendo que a pasta química da madeira foi responsável por 20,30% das exportações de todo o estado, ficando somente abaixo da soja, que representou 23,43% das exportações (DEAEX/MDIC, 2014).

Ademais, além da monocultura do eucalipto, matéria-prima para a produção de celulose, em Três Lagoas, na microrregião de Paranaíba temos o cultivo de cana-de-açúcar no próprio município de Paranaíba e também em Aparecida do Taboado, que produziram uma somatória de 1.836.641 t. de cana em 2006, de acordo com os dados coletados no último censo agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

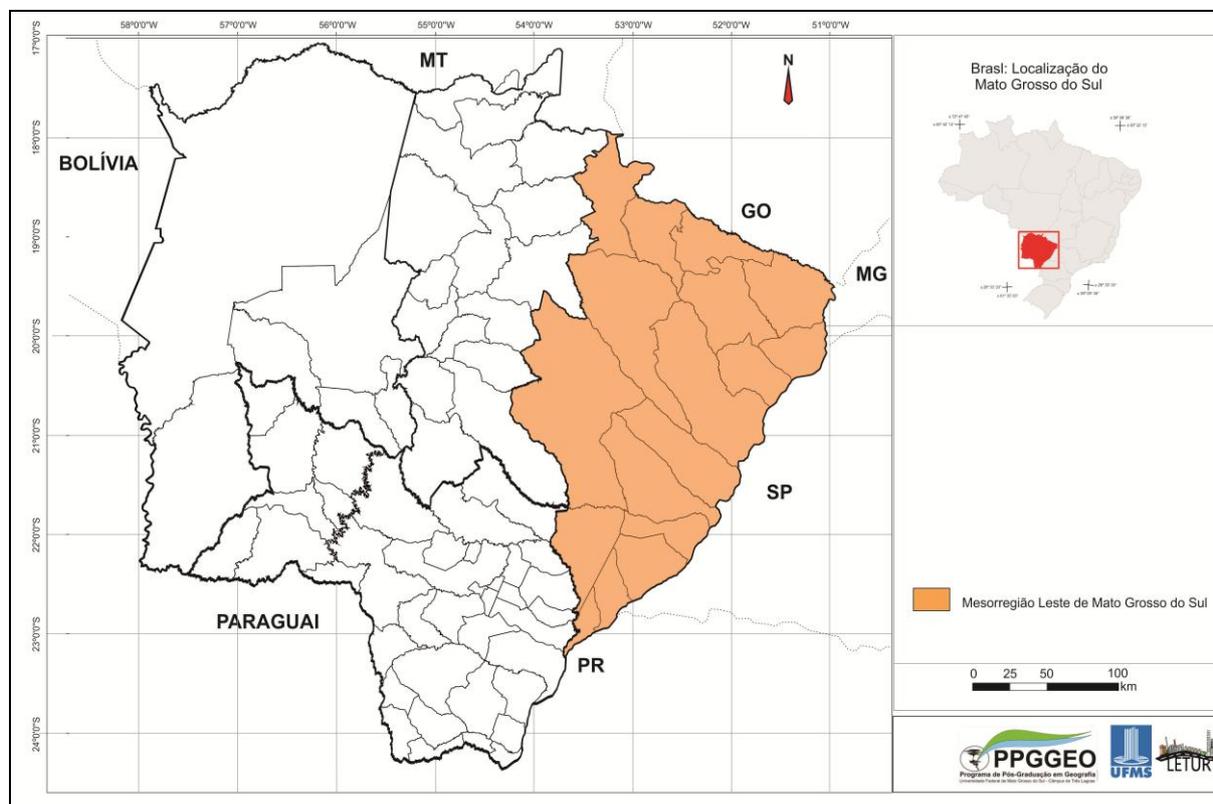


Figura 1 – Mapa de Localização da Mesorregião Leste Sul-Matogrossense

As microrregiões de Cassilândia e Nova Andradina, voltam-se para o cultivo de grãos como soja e milho e ainda para a produção de carnes, este último setor vem crescendo em nível de importância na economia estadual, sendo o 3º produto mais exportado, com 11,13% das exportações de todo o estado, aproveitando-se das heranças da pecuária, atividade econômica que esteve presente desde o início da formação sócio-espacial de Mato Grosso do Sul (BERTHOLI, 2006) e se fortaleceu na mesorregião leste, na forma de pecuária extensiva.

A industrialização na mesorregião leste de Mato Grosso do Sul, experimentou um crescimento de mais de 50% em número de unidades fabris em seu território, em pouco mais de treze anos. Em 2000 haviam 623 fábricas instaladas na mesorregião, em 2006, último ano do governo do Partido dos Trabalhadores-PT no Estado (1999-2002; 2003-2006), o número atingiu a marca de 762 fábricas; já no ano de 2013, penúltimo ano do mandato do governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB (2007-2010; 2011-2014), o número de fábricas instaladas no estado saltou para 1.506 (SEMADE, 2014).

Ambos os governos estaduais utilizaram-se de políticas de incentivos fiscais já mencionadas (MS-Empreendedor e MS FORTE-Indústria), além de receberem o apoio dos governos municipais que concederam as empresas que vieram a se instalar nos municípios outros benefícios como doação de terrenos para instalação

da planta industrial e isenção de impostos municipais. Contudo, não podemos perder de vista as articulações governamentais de fomento à industrialização em todas as escalas, inclusive em nível federal, ocorridas principalmente com o enfraquecimento do neoliberalismo no Brasil e a retomada de políticas industriais no Governo Lula (2003-2006; 2007-2010). No âmbito de seus dois mandatos, o Governo Lula implantou a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), objetivando potencializar a estrutura produtiva brasileira em vários setores e expandir as exportações do país (ALMEIDA, 2014). Já no Governo Dilma (2011-2014) foi lançado o Plano Brasil Maior (PBM) “[...] cujo objetivo principal era o de reerguer a indústria nacional [...]” (GUARDADO & BOLLE, 2014, p. 393).

Assim como o modelo neoliberal aproveitou-se de um momento recessivo da conjuntura econômica marcada pela intervenção do Estado, para se instaurar nas economias latino-americanas, a retomada das políticas industriais e do papel do Estado na economia, emergiram em vias de mitigar os problemas deixados pelo período em que a economia mundial estava sob a égide do mercado. Dessa forma, desde 2004 o governo brasileiro vem adotando políticas de incentivo à industrialização que irão se desdobrar, guardadas as devidas proporções, em todos os territórios da federação. Vale lembrar que a Lei nº 87/1996, a chamada Lei Kandir, ainda em vigência, contribui com esse cenário nacional de incentivos a indústria, na medida em que desonera empresas exportadoras de produtos primários ou semimanufaturados do pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, o ICMS.

Entretanto, o processo de industrialização e da busca pelo “desenvolvimento”, materializa-se em Mato Grosso do Sul de forma controversa, na medida em que renunciamos à inclusive leis de proteção ambiental para viabilizar grandes projetos industriais. No estudo de caso da mesorregião Leste do estado, temos o exemplo da implantação do complexo celulose-papel no município de Três Lagoas, que encontrava empecilhos nas leis ambientais, já que para a produção da pasta química da madeira (celulose), seria necessária a introdução de “florestas de eucalipto” para extração da matéria prima, causando impactos à fauna e flora local. Para resolver esse entrave, o Governo do estado, promulgou uma resolução que dispensa o licenciamento ambiental para o plantio e extração de espécies de florestas nativas ou exóticas em determinadas áreas do território, ou seja, o Estado exercendo papel fundamental para a consolidação de grandes projetos agroindustriais, seja com incentivos fiscais de natureza econômica, seja abrandando a legislação para legitimar as atividades produtivas de seu interesse, inserindo o Estado no mercado mundial (PERPETUA, 2012).

Em entrevista a Revista Valor (2014) o então governador do estado André Puccinelli falou sobre o tema:

O desenvolvimento de florestas foi um ovo de Colombo Por que precisa de licença ambiental para plantar árvore, que demora um ano, se ela purifica o CO₂ do ar? Ninguém tinha pensado nisso. Nós temos 10 milhões de hectares de área degradada de pasto, vamos fazer a recuperação dessa área, dando incentivo para o plantio de madeira. Recuperaremos as áreas degradadas de pasto, com o programa Agricultura de Baixo Custo [ABC]. Pegamos dinheiro a juros subsidiados do programa Banco do Brasil, as três Embrapas no

Estado fizeram análise do solo. E conseguimos as duas maiores fábricas de celulose do mundo, a Fibria e a Eldorado (VALOR ESTADOS MS, 2014, p. 23).

A esse respeito reafirmamos as palavras de Santos: “As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. [...] Muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto da superfície da Terra” (SANTOS, 2012, p. 80). Eis uma das características da globalização.

Ademais, observamos a predominância de atividades econômicas que necessitam de grandes extensões territoriais para se reproduzirem, como a cana-de-açúcar, a soja, o milho, o eucalipto e a pecuária. Esses produtos estão na base da economia da mesorregião leste sul-matogrossense, produtos básicos e processados que alimentam a exportação estadual e também nacional de *commodities*, já que, todos esses produtos estão entre os dez principais exportados no Brasil (DEAEX/MDIC, 2014).

Devido à necessidade de grandes extensões de terras para se reproduzirem e conseqüentemente para a reprodução ampliada do capital, os capitalistas industriais estão comprando e arrendando terras, tornando-se também latifundiários e consolidando a concentração de terras na mesorregião leste sul-matogrossense, processo que Oliveira (1991) denomina de territorialização do capital monopolista no campo. Essa prática tanto pode ser notada na cadeia produtiva de celulose e papel, quanto na produção de açúcar e álcool. “A industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, revela que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura” (OLIVEIRA, 1991, p. 24).

Como a industrialização do estado está arraigada a sua própria formação sócio-espacial, com ênfase a atividade agropecuária, a indústria que viria a se desenvolver em Mato Grosso do Sul, seriam as chamadas agroindústrias, ou seja, indústrias que integram em seu processo produtivo atividades industriais e agrícolas (PERPETUA, 2012), vindo a consolidar o agronegócio sul-matogrossense. Para Almeida (2004, p. 1), o agronegócio “[...] se refere ao conjunto integrado de sistemas na agropecuária operando desde a matéria-prima até o produto final. Em outros termos, simboliza o setor capitalista no campo”. As agroindústrias reforçam o caráter concentrador das atividades econômicas anteriores, na medida em que devido a necessidade das monoculturas como matérias primas, utilizam-se de grandes extensões de terras. “A concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

Como medida mitigatória à concentração de terras no Brasil, a reforma agrária apresenta-se como meio de diminuição das desigualdades sociais, desconcentrando terras improdutivas, que estão sendo utilizadas somente como reserva de valor e patrimônio familiar; e garantindo a posse e domínio de grandes extensões territoriais a determinadas famílias, que detém o controle sobre as terras e o controle sobre esse mercado, acentuando a exploração dos menos favorecidos e consolidando uma elite brasileira, haja vista, que ter o controle da terra, tornou-se sinônimo de capital e poder. Para Oliveira (2007, p. 67) “como o Estado não tem garantido o processo dentro da lógica capitalista, as reformas agrárias têm sido movimentos conjunturais para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração da terra”.

Analisando os últimos dados fornecidos pelo INCRA (2014) sobre os projetos de assentamentos no estado de Mato Grosso do Sul e mais precisamente na mesorregião Leste, pudemos observar certo entrave em relação à efetivação da reforma agrária no território. Entre os anos 2000 e 2006 foram criados 12 projetos de assentamentos na mesorregião, com um total de 2.213 famílias assentadas. Entre os anos de 2007 a 2014 foram criados sete projetos, entre eles quatro projetos de reassentamento populacional rural criados em 2008 que ainda estão em fase de reconhecimento e três projetos de assentamentos já criados, havendo no total outras 564 famílias assentadas.

Em quatorze anos foram criados 19 projetos de assentamentos na mesorregião leste sul-matogrossense, entretanto a partir dos anos de 2007 houve uma diminuição tanto de projeto criados, como de projetos consolidados e famílias assentadas, enquanto que o agronegócio ganha força, aumentando as unidades fabris e suas monoculturas e conseqüentemente o poder sobre a terra no estado. Cabe ressaltar que desde o ano de 2009 a 2014 nenhum projeto de assentamento foi criado na mesorregião em análise, sendo que no ano de 2009 a empresa Fibria-MS Celulose Sul-matogrossense LTDA deu início as suas operações e no ano de 2012 a empresa Eldorado Brasil Celulose S/A, que lançou sua pedra fundamental em 2010, viria a iniciar suas operações.

Segundo Silva & Almeida (2014), a diminuição da efetivação da Reforma Agrária no Brasil, vem diminuindo gradativamente, encontrando no Governo Dilma seus os menores índices de aproveitamento no país, sendo que Mato Grosso do Sul está acompanhando essa tendência, como pudemos constatar com os dados do INCRA (2014).

Historicamente, o estado não logrou um fortalecimento de movimentos sociais, sobretudo no campo. O estado, que até 1977 pertencia ao Sul de Mato Grosso, fora predominantemente constituído de grandes fazendas de gado e pelo monopólio da propriedade da terra, que se configurou de forma propícia a estimular as atividades econômicas que hora se destacam no estado. Entretanto, no que tange aos movimentos sociais, o movimento indígena de luta pela demarcação de suas terras é por vezes mais expressivo no estado, principalmente na mesorregião sudoeste, onde se encontram diversas etnias indígenas, sendo que na mesorregião Leste do estado, o movimento indígena é praticamente inexistente.

O Estado assume poder de construir um cenário favorável e atrativo a agroindústria, e também se torna responsável pela manutenção desse processo, utilizando-se de seu poder político para viabilizar projetos exógenos e concomitantemente desacelerando o processo de reforma agrária, que não são interessantes, em primeira análise, aos projetos de expansão do agronegócio.

Entretanto, não podemos negligenciar as ações do movimento sem-terra na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, que já lograram conquistas para a classe camponesa, principalmente no início dos anos 2000, como vimos anteriormente.

Contudo, essa análise contribui em reafirmar o que assevera Oliveira (2007) quando diz que em terra do agronegócio não se faz reforma agrária. O agronegócio, responsável por inserir o estado e mesmo o país na economia global, sendo o elo com o comércio exterior, não pode correr o risco de competir com atividades que de alguma forma prejudiquem suas estratégias. Todavia, o modo de produção capitalista não se reproduz somente por meio de relações tipicamente capitalistas, mas também por meio de relações não capitalistas, contraditoriamente.

O TRABALHO LIVRE E O MODO DE VIDA CAMPONÊS COMO POSSIBILIDADE

Em vias de viabilizar a reprodução do capital foi necessária ocorrer uma separação entre trabalhador e os meios de produção fazendo com que se tornasse necessário um trabalhador que fosse livre para vender sua força de trabalho, delimitando assim uma relação capitalista de produção.

Segundo Oliveira,

Como o trabalhador tem a capacidade de produzir mais do que aquilo que necessita para viver, o capitalista faz retornar ao trabalhador, sob a forma de salário, apenas aquela parte do valor produzido (obviamente convertido em dinheiro) para que ele (o trabalhador) adquira no mercado o que precisa para reproduzir-se como trabalhador, ou seja, para que ele continue trabalhador, e assim continue também vendendo sua força de trabalho para o capitalista (OLIVEIRA, 2007, p. 37).

Dessa forma, o capitalista lucra pelo trabalho que não é pago ao trabalhador, ou seja, a mais-valia, e ainda mantém o trabalhador na condição de submissão ao patrão. Essa prática está fundamentada na alienação entre capital e trabalho. “A ideologia capitalista procura mostrar que o produto criado é produto do capital e não produto do trabalho, e que para o trabalhador garantir a sua sobrevivência, ele precisa, depende, do capital [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 37). O trabalhador não tendo acesso ao produto final e ao preço final que a mercadoria por ele produzida será vendida no mercado, não consegue relacionar que a riqueza produzida é fruto de seu próprio trabalho e não do capital.

Martins corrobora com a mesma perspectiva, afirmando que,

Ao contrário, o capital é concebido como produto do trabalho do próprio burguês. [...] Esse deslocamento da ideia de que a riqueza não é produto do trabalho explorado do trabalhador, mas resulta do trabalho e das privações do próprio burguês, na origem do seu capital, consagra e justifica para o trabalhador a sua exploração por outra classe (MARTINS, 1981, p. 133, grifo do autor).

Esses ideais são fortemente difundidos pela mídia, uma grande aliada do capital e do Estado, que atua de forma a persuadir e contribuir com a manutenção desse imaginário da população local, que acaba por adotar uma perspectiva conservadora, defendendo os interesses das elites, que nada tem a respeito de um bem estar coletivo. Além disso, ajudam a manter a ideologia do capital e do trabalho ativa, como acontece quando se difunde a ideia de associação da indústria com a geração de empregos. Essa ideia permite e facilita a instalação de indústrias em determinados territórios, tornando-se o fator “geração de empregos” *mister* para a implantação de grandes projetos industriais e para a aceitação da população local, mesmo que determinada atividade produtiva desencadeie uma série de problemas socioambientais a médio e longo prazo.

Ora existe a ação orquestrada distante do local de sua realização, ora “há o discurso da ação, do qual depende sua legitimação. Essa legitimação prévia tornou-

se necessária para que a ação proposta seja mais docilmente aceita, e mais ativa se torne na vida social” (SANTOS, 2012, p. 227).

A mesma ideologia que legitima a exploração do trabalhador permite ao mesmo relacionar o trabalho a noção de libertação,

Enquanto para o burguês o trabalho é meio e fim, para o proletário subjugado pelas concepções burguesas o trabalho é apenas meio. O trabalhador, no contexto aqui analisado, concebe o trabalho como o veículo de libertação, não só como meio de exploração. A libertação do trabalhador seria, assim, um resultado necessário do trabalho penoso. A essência dessa ideia é a de que só o trabalho redime. Populismo, paz social, corporativismo, são provavelmente resultados da produção ideológica da concepção de trabalho. Todavia, a acomodação entre classes antagônicas, aí suposta, está negada na própria base. Muito além da ênfase no trabalho pelo trabalho, que poderia basear um ponto de vista burguês, na essência da concepção do trabalhador o trabalho é admitido como veículo de libertação, como meio para destruir a exploração baseada no trabalho (MARTINS, 1981, p. 134).

O mesmo autor chama atenção para a ambiguidade relacionada à noção de libertação do trabalhador pelo trabalho,

[...] o homem se torna livre quando trabalha para si mesmo. Daí nasce a dimensão ambígua da ideologia do trabalho. Incorporado à produção capitalista, sobretudo a indústria, e vinculado, pois, irremediavelmente ao trabalho socializado pelo capital, o trabalhador consegue entender que no trabalho está o segredo de sua liberdade. Entretanto, a sua concepção de trabalho está em grave tensão com a realidade do trabalho socializado. Espera, por isso, escapar da sujeição do capitalismo, movendo-se para trás, em direção a uma concepção camponesa de trabalho que se efetivaria no trabalho independente – na agricultura familiar, no artesanato urbano ou no pequeno comércio (MARTINS, 1981, p. 134).

Essa ambiguidade desperta no trabalhador a vontade de ser dono de seu próprio pedaço de terra, onde poderá trabalhar e viver, sustentando sua família de forma digna e não sendo mais explorado diretamente pelo patrão, sendo a reforma agrária um potencial para realizar tal superação. Porém o campesinato no Brasil perpassa por inúmeras dificuldades.

Além dos entraves, próprios do modelo econômico brasileiro, que ocorrem no processo de criação de novos assentamentos de reforma agrária, os camponeses enfrentam grandes dificuldades para permanecer na terra. Mesmo após mais de cinco anos de criação de alguns assentamentos da mesorregião Leste sul-matogrossense, a saber, projeto de assentamento Alecrim, projeto de assentamento São Joaquim, projeto de assentamento Canoas e projeto de assentamento Vinte de Março, as famílias assentadas ainda vivem em condições precárias.

Os assentados enfrentam dificuldades burocráticas para o fornecimento de energia elétrica, para financiamento de materiais de construção para casas de alvenaria e ainda enfrentam dificuldades financeiras, que acabam causando a não

permanência nos lotes. Contudo, as desistências ocorrem em menor grau de incidência, haja vista que as famílias que se dispõem a lutar pela terra, quando conseguem o lote, travam uma luta ainda maior para permanecer na terra, em um movimento de resistência contínua e diariamente.

Para compreender a permanência e resistência camponesa é necessário entender as diferenças entre a lógica camponesa e a lógica capitalista. O trabalho camponês volta-se para a produção de alimentos que primeiramente irão suprir a necessidade familiar, esse trabalho consiste também na manutenção do lote, sendo esta realizada por meio da mão-de-obra familiar, a produção excedente não consumida pela família, é vendida no mercado e o dinheiro ganho é reinvestido no modo de vida camponês, aqui entendido como uma forma de viver por meio do trabalho na terra, que proporciona ao camponês as condições necessárias de sustento e reprodução da vida econômica, social e cultural em sua totalidade. Funcionando em condições ideais podemos compreender essa relação esquematicamente em M-D-M. Já na lógica capitalista, a mercadoria torna-se um meio para se adquirir dinheiro/capital, esquematicamente D-M-D ou D-M-D', de forma ampliada (OLIVEIRA, 2007).

Dessa forma, o caminho para se entender essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não-capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

As formas de resistência das famílias para permanecer nos lotes, perpassam inclusive pela procura de emprego em indústrias próximas durante a semana e o trabalho no lote nos finais de semana, ou seja, é um trabalhador que quer entrar e estar na terra, mesmo que para isso tenha que trabalhar fora do lote por um tempo, até se estabilizar, utilizando o dinheiro ganho com o trabalho assalariado para garantir sua permanência na terra. Casos como esse, tornam-se comuns na região de estudo, já que encontram no emprego nas indústrias um meio de criar condições para recriação do modo de vida camponês, sendo que em geral, o trabalho na indústria é temporário e visto como alternativa rápida para amenizar as dificuldades que encontram no caminho em busca de um trabalho livre. Essas estratégias aparecem quando existe bloqueio à reprodução social dentro da lógica camponesa. Entretanto, essas estratégias são também ambíguas, pois tanto podem contribuir para a permanência camponesa como podem desestruturar o “modo de vida camponês”.

Nas palavras de Oliveira, “[...] o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria,

domina relações não capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra” (2007, p. 11).

Recentemente a agricultura camponesa, vem ganhando conotação de destaque devido às questões ambientais de ordem global e também como resposta para as crises agrárias e alimentares pelo mundo. Hardin (1965) nos chama atenção para a finitude dos recursos que nos são comuns, como a água potável, a terra produtiva, o ar puro, que conduzem e propiciam a reprodução da vida na Terra, trazendo a discussão que devemos nos conscientizar do passivo ambiental, pelo qual somos responsáveis, a fim de propormos alternativas viáveis para evitar sua redução.

Para Ploeg (2009, p. 17), a agricultura camponesa “especialmente sob as condições atuais (crise econômica e financeira global que se combina com crises alimentares periódicas), [...] deve ser valorizada como um dos principais elementos de qualquer que seja o projeto adotado para fazer frente aos dilemas atuais”. Isso devido a características ímpares, como a utilização de capital ecológico na produção, sua produção não se baseia nos imperativos do mercado global, sendo capaz de escapar de crises de ordem mais generalizadas e ainda tendo como fator imprescindível sua resistência e capacidade de superação dentro de seu próprio modo de vida (PLOEG, 2009).

Em uma perspectiva de superação e alternativa para um modo de vida mais respeitoso com o ambiente, e em decorrência dos avanços médicos que detectaram a má influência de insumos e agrotóxicos para a saúde humana, cresce a demanda por produtos agroecológicos no mundo. Entretanto a sociedade que busca esses produtos, não consegue relacionar o problema decorrente de uma agricultura capitalista e ainda não valoriza os pequenos produtores que se voltam a produzir de forma agroecológica.

Alguns assentamentos localizados na mesorregião leste do estado de Mato Grosso do Sul, estão produzindo de forma agroecológica, mas ainda não são devidamente valorizados. A agroecologia além de não utilizar insumos industrializados, é um sistema endógeno, que fortalece o coletivo e contribui com a melhoria de vida da população local, haja vista, que seus sujeitos são sujeitos locais, ao contrário da agricultura capitalista, que obedece às ordens do mercado global.

Para Santos,

A modernidade se tornou irrecusável, mas devemos dosá-la, não mais a partir dos imperativos da técnica, que se tornou subordinada à economia, mas a partir dos valores, o que ensejaria uma nova forma de pensar um porvir onde o social deixaria de ser residual e a economia seria atribuído um papel histórico subordinado, em benefício do maior número (2008, p. 136).

Cabe lembrar que em sua maioria os produtos oriundos do Brasil são destinados a exportação, sendo os dez principais produtos mais exportados no ano de 2014, respectivamente: complexo da soja com participação de 14%, minérios com 12,6%, petróleo e combustíveis representando 11,2%, material de transporte com 9,1%, carnes com 7,5 %, químicos com 6,7%, produtos metalúrgicos com 6,4%, açúcar e etanol representando 4,6%, máquinas e equipamentos com 3,9% e papel e celulose representando 3,2% de participação em exportações brasileiras (DEAEX/MDIC, 2014), o que contribui para drenagem de grande parte dos

financiamentos para agricultura e indústria, obedecendo aos imperativos globais que garantem a inserção do país na nova divisão territorial do trabalho.

Enquanto os pequenos produtores dedicam-se a produção de alimentos, a agricultura capitalista investe na produção para exportação, por exemplo, a exportação de soja e milho para alimentar os animais na Europa. Desse modo, entra em voga a distorção dos valores sociais do país, haja vista, que não estamos priorizando a produção de alimentos, mas sim, a produção de *commodities* para exportação. “A escolha de atividades como agricultura intensiva, agro-combustíveis e celulose, é importante indicativo do objetivo destas inversões de capital, qual seja o retorno seguro de seus investimentos, que nada têm a ver com soberania alimentar” (ALMEIDA; HERNÁNDEZ; COLLADO, 2014, p. 22).

A agricultura familiar ocupava no Brasil uma área de 80.250.453 (hectares) em 2006, divididos entre 4.367.902 estabelecimentos, enquanto que a agricultura não familiar ocupava 249.690.940 (hectares) divididos apenas entre 807.587 estabelecimentos rurais (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). Em Mato Grosso do Sul a área ocupada pela agricultura familiar era de 1.190.206 (hectares) em 41.104 estabelecimentos, e a área destinada à agricultura não familiar era de 28.866.740 divididos entre 23.758 estabelecimentos, o que confirma a concentração da posse da terra nas mãos de poucos.

Nesse contexto, a mesorregião Leste revela características globais do desenvolvimento contraditório do capitalismo, na medida em que o fator econômico vinculado ao poder político se sobressai perante as necessidades da população local. Entretanto, a resistência camponesa e mais recentemente a produção agroecológica apresenta-se como possibilidade para pensarmos o *devenir*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mesorregião leste sul-matogrossense possui uma economia de exportação de produtos primários e processados, como a soja e o milho, e produtos como a pasta química da madeira, carnes congeladas e ainda açúcares extraídos da cana, o que garante um dinamismo econômico para a mesorregião Leste, fazendo-a se destacar na economia estadual, nacional e até inserindo-se na economia global, por isso essas atividades possuem amplo amparo do setor público em diversas esferas, que garantem uma atmosfera favorável para a sua reprodução.

De toda forma, não verificamos um amplo apoio a outros setores sociais da mesorregião Leste do estado de Mato Grosso do Sul, como o caso dos projetos de assentamentos de Reforma Agrária, ainda que, como é notável e de conhecimento público a agricultura camponesa seja responsável pela por grande parte da produção de alimentos no país, o que existe é a falta de preocupação com a questão de soberania alimentar, sendo que a soberania alimentar irá ocorrer quando o país apresentar suficiência em alimentos capazes de suprir as demandas e as necessidades culturalmente desenvolvidas por seu povo. Porém na atualidade, a preocupação com a soberania alimentar se apresenta em segundo plano quando comparada a preocupação com a economia nacional.

Vimos que a ideologia do capital e do trabalho tornou-se fundamental para a manutenção e reprodução do modo de produção capitalista, entretanto retomamos que sua visão ambígua abre a possibilidade do trabalhador se tornar realmente livre mesmo que nos linhames do modo de produção capitalista, por meio da própria Reforma Agrária, que além de propiciar uma terra de vida e trabalho ao camponês,

contribui com a desconcentração de terras no Brasil, que implica em democracia e conseqüentemente com a diminuição das desigualdades sociais. Eis a contradição permanente. A liberdade estrutural (como utopia) só pode vir de fora do modo de produção capitalista. É justamente por conta desta ambigüidade de entrever a liberdade que os camponeses resistem/recriam secularmente; sendo revolucionários por natureza.

Ademais, ressaltamos que o desenvolvimento do modo de produção capitalista se dá de forma contraditória, por meio de relações capitalistas e não capitalistas, permitindo aos camponeses reproduzirem seu modo de vida, e ainda legitimá-los enquanto classe social. Acreditamos que frente às crises mundial agrária e agroalimentares a agricultura familiar apresenta-se como grande alternativa, na medida em que possui características estruturais, que conduzem a superação das crises e ainda contribuem para um desenvolvimento endógeno, em que as principais preocupações são baseadas nas necessidades da população local e não impostas por atores hegemônicos que não conhecem os imperativos coletivos de determinada região.

Para não concluir, buscamos nos amparar no que Almeida; Hernández; Collado (2014) apontam como alternativa às ações exógenas dos impérios agroalimentares: a chamada transição agroecológica. A transição agroecológica fundamenta-se em uma aliança entre a luta pela terra (mas forte no campo) e uma alimentação saudável (demanda crescente na cidade); a transição agroecológica seria determinante no processo de fusão das necessidades de ambos os sujeitos, na busca por conquistar uma sociedade menos injusta e mais igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Padrões de política industrial: a velha, a nova e a brasileira. In: BACHA, E. ; BOLLE, M. B. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ALMEIDA, R. A.; HERNÁNDEZ, D. G.; COLLADO, A. C. A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares. **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, Presidente Prudente, nº 24, ano 17, pp. 09-35, 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/221/>>. Acesso em: 22 de Jan. de 2015.

_____. **Glossário da questão agrária**. Três Lagoas, 2004. (Mimeografado).

BERTHOLI, A. **O lugar da pecuária na formação sócio-espacial sul-matogrossense**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

GUARDADO, F. ; BOLLE, M. B. Estabilizadores automáticos e política industrial. In: BACHA, E. ; BOLLE, M. B. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

HARDIN, G. La tragedia de los comunes. **Gaceta Ecológica**, núm. 37, Instituto Nacional de Ecología, México, 1995. Disponível em: <<http://www.ine.gob.mx/>>.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 13(1): 187-200, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

(Tradução de Horacio Bonfil Sánchez). Publicado originalmente com o título "The Tragedy of Commons" em *Science*, v. 162 (1968), pp. 1243-1248.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006** – Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ms&tema=censoagro>> Acesso em 27 jul. 2014.

INCRA - **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf>. Acesso em: 22 de Jan. de 2015.

LAMOSO, L. P. Dinâmicas Produtivas da Economia de Exportação no Mato Grosso do Sul – Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 21, p.33-47, jan./abr. 2011.

MDIC/DEAEX (2015). **Balança Comercial**: Unidades de Federação. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 22 de Jan. de 2015.

_____. **Balança comercial brasileira**: dados consolidados (publicação/2014). Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1423144482.pdf>. Acesso em: 22 de Jan. de 2015.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 2ª ed. São Paulo: LECH – Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **SEMADE** (2014). Disponível em: <<http://www1.semamac.ms.gov.br/bdeweb/>>. Acesso em: 19 de Dez. de 2014.

OLIVEIRA, A. U. Contradições do desenvolvimento capitalista na agricultura. In: _____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PLOEG, J. D. V. D. Sete Teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, PAULO (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PERPETUA, G. M. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)**. Tese (Doutorado em Geografia). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.

REVISTA VALOR, 2014. Mato Grosso do Sul: Parque industrial cresce com agronegócio forte. São Paulo. Abr. 2014.

As características econômicas da mesorregião leste sul-matogrossense...

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1ª ed. 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, M. O. ; ALMEIDA, R. A. Esgotamento da Política Pública de Reforma Agrária? **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 1, p. 60-84, 2014.

Artigo submetido em: 01/04/2015

Aceito para publicação em: 31/08/2015

Publicado em: 11/09/2015